PSICÓLOG@S
PEL@S
PSICÓLOG@S

MUDAR PARA IRMOS MAIS LONGE

LISTA **A**LTERNATIVA
NO CAMINHO DA MUDANÇA

VOTA LISTA A

ELEIÇÕES OPP | 27 NOV. 2020

MUDAR PARA IRMOS MAIS LONGE

PSICÓLOG@S PEL@S PSICÓLOG@S é um projeto para a Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP) nascido da iniciativa de profissionais das diferentes áreas, gerações e geografias da Psicologia em Portugal

Este projeto sustenta que a Psicologia em Portugal depende de tod@s nós: de quem tem mais anos de carreira e já passou por vários desafios, d@s que estão agora a dar os primeiros passos e a ultrapassar barreiras que só surgiram nos últimos tempos, d@s académic@s que contribuem todos os dias com novos conhecimentos para a Psicologia, d@s profissionais que estão no terreno e que, com a sua iniciativa e determinação, levam a Psicologia mais longe.

Esta candidatura tem como objetivo, num espírito colaborativo e positivo, estimular a aproximação d@s profissionais à Ordem e envolver todos os seus membros, visando uma descentralização que favoreça uma maior apropriação das diferentes realidades profissionais e um conhecimento mais amplo da situação d@s psicólog@s em todo o país.

A dignificação do nosso papel na sociedade passa por uma maior consciencialização da opinião pública e dos poderes políticos das diferentes e relevantes funções que assumimos enquanto profissionais que previnem e minimizam o sofrimento e promovem o desenvolvimento das pessoas, dos grupos e das comunidades, facilitando mudanças positivas na sociedade.

Pela primeira vez na História da OPP, uma mulher, com um percurso de relevo, cruzando experiências de prática profissional em diferentes áreas da Psicologia, apresenta-se como Candidata ao cargo de Bastonária.

Trata-se de um marco histórico, numa classe profissional constituída por 84,2% de mulheres (de acordo com o último censo disponível).

Este programa resulta da participação ativa de muit@s psicólog@s na construção de um projeto comum e na definição de estratégias para o futuro, promovendo o reconhecimento da Psicologia como ciência com lugar de relevo no mundo atual e a decorrente valorização d@s psicólog@s.

PSICÓLOG@S
PEL@S
PSICÓLOG@S

VOTA LISTA A

MUDAR PARA IRMOS MAIS LONGE

O QUE PRETENDEMOS...

EIXO 1. APROXIMAÇÃO DA ORDEM A TOD@S @S PSICÓLOG@S

EIXO 2. SOLIDARIEDADE E EQUIDADE ENTRE @S PSICÓLOG@

EIXO 3. ABERTURA, TRANSPARÊNCIA E EXIGÊNCIA

EIXO 4. BEM-ESTAR E PROGRESSÃO D@S PSICÓLOG@S

EIXO 5. VALORIZAÇÃO DO PAPEL D@ PSICÓLOG@ NA SOCIEDADE

EIXO 6. APOIO À/AO PSICÓLOG@ JÚNIOR

EIXO 1
APROXIMAÇÃO DA ORDEM A TOD@S @S PSICÓLOG@S

Grande parte das interações entre @s Psicólog@s e a sua Ordem são realizadas de forma indireta, via telefone ou através da área reservada do site da OPP.
Queremos uma Ordem muito mais próxima de tod@s @s Psicólog@s, desde a sua Bastonária aos restantes membros dos órgãos nacionais e às diferentes Delegações Regionais.

EIXO 2
SOLIDARIEDADE E EQUIDADE ENTRE @S PSICÓLOG@

Uma Ordem mais solidária e com maior equidade implica uma adequação às necessidades dos seus membros e às exigências da prática e da realidade concreta de cada um/a.

EIXO 3
ABERTURA, TRANSPARÊNCIA E EXIGÊNCIA

A transparência, o diálogo e a abertura, a par do rigor e da isenção, devem caracterizar o funcionamento da Ordem em toda a sua atuação.

EIXO 4
BEM-ESTAR E PROGRESSÃO D@S PSICÓLOG@S

Defender os interesses da profissão e das pessoas que recorrem aos nossos serviços passa, também, por assegurar as melhores condições às/aos psicólog@s para exercerem as suas funções.

EIXO 5
VALORIZAÇÃO DO PAPEL D@ PSICÓLOG@ NA SOCIEDADE

A contribuição que, enquanto Psicólog@s, oferecemos à sociedade em que vivemos é inegável, mas é importante que ela seja cada vez mais abrangente e efetiva.

EIXO 6
APOIO À/AO PSICÓLOG@ JÚNIOR

Dignificar o estágio profissional e assegurar critérios de exigência no acesso à profissão implica apoiar @s nov@s colegas neste processo.

PSICÓLOG@S PEL@S PSICÓLOG@S

VOTA LISTA A

MUDAR PARA IRMOS MAIS LONGE

EIXO 1
APROXIMAÇÃO DA ORDEM A TOD@S @S PSICÓLOG@S

Para uma Ordem mais próxima, propomo-nos:

1. Dinamizar as Delegações Regionais e criar espaços administrativos descentralizados (ex. Bragança, Covilhã, Évora, Ilha Terceira...), disponíveis para apoiar @s psicólog@s que deles necessitem (burocracias, formação, intervisão e ponto de encontro), abrindo estes espaços às propostas dos membros, bem como para ações de promoção de literacia em Saúde Mental para a população em geral

2. Dotar as Delegações Regionais de maior autonomia para que possam responder às necessidades locais d@s psicólog@s e contribuir para uma aproximação da Psicologia ao poder local (público, privado e institucional)

3. Estreitar a colaboração entre a Direção e as Delegações Regionais em questões estruturantes para as organizações locais (IPSS, Empresas, Escolas, Centros de Saúde, etc.)

4. Dinamizar iniciativas conjuntas entre membros das Delegações Regionais e membros da Assembleia de Representantes eleitos pela mesma região, promovendo uma discussão de temáticas relevantes para a sua realidade

5. Deslocar a sede da Delegação Regional do Sul para Faro, para evitar a duplicação de recursos na mesma cidade, uma vez que a Sede Nacional é em Lisboa

6. Nomear um/a vogal responsável por cada um dos distritos abrangidos pela Delegação Regional, facilitando a comunicação entre a Ordem e os seus membros e a descentralização das próprias Delegações Regionais

7. Criar um período semanal de atendimento (presencial ou através de videochamada) aos membros por parte dos elementos da Direção

8. Reforçar a descentralização dos Congressos OPP (Coimbra e Faro) e o recurso ao acesso remoto a participantes e oradores/as através das várias plataformas digitais

9. Fazer um levantamento d@s Psicólog@s afect@s a cada Delegação Regional, em termos das instituições, serviços e funções em que se enquadram, investindo numa rede de contactos local

10. Criar formulários online mais abrangentes para facilitar a comunicação entre Psicólog@s e a OPP (ex. permitir colocar mais do que uma questão simultaneamente)

MUDAR PARA IRMOS MAIS LONGE

EIXO 2
SOLIDARIEDADE E EQUIDADE ENTRE @S PSICÓLOG@S

Para uma Ordem mais solidária e inclusiva propomos:

1. Reduzir o valor da quota mensal de 12€ para 10€ e criar uma quota social, com uma redução de 50% para @s Psicólog@s que a solicitem, mediante comprovativo de rendimentos iguais ou inferiores ao ordenado mínimo nacional

2. Estabelecer parcerias com editoras que possibilitem a edição de livros, materiais técnicos e instrumentos de avaliação psicológica, assim como descontos para membros, possibilitando a sua produção com menores custos, garantindo os necessários padrões de qualidade através da criação de um conselho editorial para o efeito

3. Criar Testotecas nas Delegações Regionais e disponibilizar uma plataforma colaborativa de instrumentos de avaliação e intervenção psicológica validados para a população portuguesa, com base num processo de negociação com as editoras, autores/as e universidades

4. Dinamizar plataformas online para partilha de boas práticas e fóruns de discussão por áreas temáticas e zonas geográficas que favoreçam o suporte técnico e científico e a partilha de conhecimento entre @s Psicólog@s

5. Disponibilizar um Repositório online da investigação desenvolvida na área da Psicologia de forma a divulgar e valorizar a produção realizada junto de todos os membros

6. Promover formação regular direcionada às necessidades apresentadas pel@s Psicólog@s e reduzir os custos associados à certificação da formação

7. Garantir o acesso à OPP das pessoas com licenciaturas pré-Bolonha em psicologia e mestrados integrados em psicologia pós-Bolonha, sempre que comprovada a formação e a experiência profissional, sem necessidade de estágio profissional à Ordem e dispensando a frequência da formação do Ano Profissional Júnior, promovendo a (re)aproximação à OPP e reforçando a classe enquanto ciência e profissão

MUDAR PARA IRMOS MAIS LONGE

EIXO 3
ABERTURA, TRANSPARÊNCIA E EXIGÊNCIA

Para uma Ordem mais transparente e democrática propomo-nos:

1. Promover uma maior participação e conhecimento d@s Psicólog@s na vida interna da OPP (ex.: transmissão online em direto das Assembleias de Representantes reservada a psicólog@s membros da OPP e disponibilização das atas da Assembleia de Representantes no site)

2. Adequar o regulamento de remuneração dos Órgãos Sociais a um contexto de equidade, transparência e justiça social:

- indexar a remuneração d@ Bastonári@ à de um/a Secretári@ de Estado (o que representa a redução do vencimento dos atuais 6138€ para 3900€ ilíquidos)

- prever o regime de exclusividade para os membros que desempenhem cargos executivos remunerados, ajustando a remuneração proporcionalmente às funções desempenhadas;

- reduzir o número de membros remunerados nos Órgãos Sociais em 1/3 (o último Relatório de Contas identifica 34 membros remunerados)

- limitar a um teto máximo o orçamento afeto às despesas e remunerações dos Órgãos Sociais

- reduzir em 30% as despesas com Estadias e Deslocações (235.000€ no último relatório e contas)

- tornar públicos os valores auferidos por cada um dos membros dos órgãos executivos

3. Identificar os cargos e instituições onde os membros dos Órgãos da OPP exercem funções para prevenir situações de conflito de interesses

4. Aumentar o número de elementos efetivos do Conselho Jurisdicional garantindo a total autonomia deste Órgão e assegurando a celeridade da análise dos processos de má prática profissional

5. Otimizar o acesso ao Directório e à Georeferenciação de Psicólog@s, promovendo o registo d@s Psicólog@s e flexibilizando o funcionamento dos motores de busca para uma pesquisa mais eficiente

6. Auscultar @s Psicólog@s sobre questões relevantes para o funcionamento da OPP

EIXO 4

EIXO 4. BEM-ESTAR E PROGRESSÃO D@S PSICÓLOG@S

No sentido de minimizar os riscos profissionais e de promover o bem-estar d@ Psicólog@, propomos:

1. Dinamizar medidas de autocuidado e promoção da saúde mental d@s psicólog@s (ex. acesso a apoio psicológico/psicoterapia para Psicólog@s; criação de espaços de encontro, partilha e intervisão; negociar o acesso a seguros de saúde e respostas sociais)

2. Garantir proteção jurídica, com acesso gratuito e atempado a apoio jurídico, no âmbito do exercício profissional

3. Promover a criação de uma bolsa de Supervisoras/es devidamente habilitad@s e disponíveis para a realização de serviço on-line (permitindo o acesso à Supervisão em todo o país)

4. Rever e simplificar a burocratização no acesso às especialidades, melhorando os procedimentos de reconhecimento e validação de conhecimentos e competências e permitir que os comprovativos possam ser considerados para mais do que uma especialidade ou especialidade avançada

5. Equacionar a autonomização da Especialidade em Psicologia da Justiça e ponderar a criação de novas especialidades avançadas, mediante discussão alargada (ex. Emergência Psicológica; Proteção Infantil; Investigação; Comportamentos Aditivos;...)

6. Articular com a tutela o reconhecimento das especialidades para efeitos de progressão na carreira na Administração Pública (Hospitais, Centros de Saúde, Escolas, entre outros);

EIXO 5
VALORIZAÇÃO DO PAPEL D@ PSICÓLOG@ NA SOCIEDADE

Para uma contribuição mais efetiva da Psicologia e d@s Psicólog@s propomo-nos:

1. Aumentar o reconhecimento da Psicologia na sociedade, por exemplo através da promoção de programas de literacia em saúde e bem-estar psicológico para a comunidade, propondo planos nacionais e campanhas de divulgação relativamente a diversos problemas sociais baseados na evidência produzida pela Psicologia (ex.: saúde mental; distúrbios alimentares; maus tratos contra crianças e pessoas idosas; processos de liderança; orientação sexual e identidade de género;...)

2. Defender junto do Governo e das diferentes entidades uma voz mais ativa e participativa aos/às Psicólog@s em assuntos de interesse público para os quais as contribuições da Psicologia são essenciais, melhorando a visibilidade d@s Psicólog@s na sociedade, e dando a conhecer as suas áreas de especialidade, valências de atuação e competências específicas

3. Criar um formato audiovisual de partilha de testemunhos de boas práticas profissionais nas diferentes áreas da Psicologia e em diferentes locais de exercício da profissão, com Psicólog@s convidad@s de todo o país e com divulgação regular nas redes sociais

4. Pugnar pelo acesso direto às consultas de Psicologia no sistema de comparticipações da Segurança Social e noutros subsistemas

5. Negociar a criação do Cheque-Psicólogo, para que mais pessoas possam usufruir de serviços de Psicologia de forma a cuidarem da sua saúde mental, colmatando constrangimentos financeiros

6. Criar formação em *media training* para apoiar a participação de Psicólog@s na comunicação social

7. Criar grupos de trabalho para definição de orientações adaptadas às novas exigências e desafios, otimizando as potencialidades da Psicologia Digital, e facilitando uma mais rápida e eficaz resposta às necessidades d@s clientes

8. Articular com os diferentes Ministérios (ex., da Saúde, da Justiça, da Educação, do Trabalho e da Solidariedade Social, ...), de forma a concertar-se a formação e investigação face às necessidades e papel d@ Psicólog@ nos diversos setores

9. Diligenciar para que seja corrigida a designação "licenciatura mínima em Psicologia" na LPCJP na publicação das Portarias relativas ao Acolhimento Residencial e ao Acolhimento Familiar.

10. Revindicar que a disciplina de Psicologia seja lecionada por Psicólog@s em todos os contextos educativos e formativos

11. Proporcionar vantagens aos/às investigadores/as para pertencerem à OPP (ex. divulgação dos estudos, dos resultados dos projetos, atribuição de um selo de qualidade ética/deontológica às investigações)

12. Aumentar a capacidade de fiscalização da OPP na prática da Psicologia por parte dos membros efetivos, visando salvaguardar a dignidade e boas práticas na profissão

MUDAR PARA IRMOS MAIS LONGE

EIXO 6
APOIO À/AO PSICÓLOG@ JÚNIOR

Dignificar o estágio profissional e assegurar critérios de exigência no acesso à profissão implica apoiar @s nov@s colegas neste processo. Nesse sentido, propomo-nos:

1. Reduzir os custos inerentes ao Ano Profissional Júnior (340€) e criar uma linha de financiamento para pagamento parcelar após o estágio

2. Permitir alargar o período de estágio até 24 meses (mediante a sua realização em tempo parcial), no sentido de promover a equidade no acesso à profissão

3. Reforçar o papel d@ Provedor/a d@ Estagiári@ ao longo de todo o processo inerente ao acesso, decurso e validação do Ano Profissional Júnior

4. Rever os procedimentos de validação do Ano Profissional Júnior e respetivos relatórios (de progresso e relatório final), no sentido de garantir a sua qualidade e adequação

5. Atualizar o modelo da formação de acesso à OPP:

- disponibilizar módulos de desenvolvimento pessoal, para que @s Psicólog @s Júniores possam gerir as suas dificuldades e potenciar os seus pontos fortes, promovendo as competências necessárias à procura de emprego e à prática profissional, como comunicação e utilização das redes sociais

- autonomizar o apoio ao empreendedorismo para @s Estagiári@s orientad@s para a criação do próprio negócio

- rever os critérios e procedimentos de contratação de Formadores/as

6. Fazer um controlo da qualidade dos estágios, recolhendo a avaliação das entidades acolhedoras pel@s Estagiári@s e Orientador@s e atribuindo um selo de qualidade aos contextos que se destaquem pela experiência formativa proporcionada

7. Negociar com o Estado o apoio financeiro à realização de estágios profissionais em entidades públicas

8. Articular com a ANEP temas que sejam do seu âmbito de atuação

9. Reivindicar estágios profissionais na administração pública (ex., hospitais, escolas, autarquias,...), tal como acontece com outras classes profissionais

10. Aumentar o número de Orientador@s de estágios através da criação de incentivos (por exemplo, permitindo a inscrição gratuita nos Congressos)

11. Dotar a Comissão de Estágios de competências para, periodicamente, fazer monitorização aos locais de estágio protocolados, de forma a perceber se @s Psicólog@s Júniores desempenham as funções necessárias à sua formação profissional, respeito pela sua autonomia técnica e científica bem como situações a serem passíveis de denúncia às autoridades competentes

12. Aumentar o número de membros da Comissão de Estágios para acelerar a análise e avaliação de projetos de estágio

13. Abrir a plataforma bolsa emprego a Psicólog@s Júniores

CONSELHO JURISDICIONAL

O Conselho Jurisdicional assume um papel determinante na dignificação do papel d@ Psicólog@ na sociedade e passa por uma maior consciencialização e sensibilização da opinião pública e dos poderes políticos das diferentes e relevantes funções que assumimos enquanto profissionais que previnem e minimizam o sofrimento e promovem o desenvolvimento das pessoas, dos grupos e das comunidades, facilitando mudanças positivas na sociedade. Trata-se de um órgão vital da Ordem dos Psicólog@s e o seu bastão ético.

A principal prioridade na actuação do CJ será assegurar o seu funcionamento enquanto órgão independente, isento e ético no reforço e alargamento da sua equipa de 5 para 15 pessoas. Tendo em conta o número crescente de entrada de processos, acresce a necessidade de assessoria jurídica e o interface com a mesma na partilha de angústias, desejos, vontades e receios bem como a necessidade de se clarificar o papel do Conselho Jurisdicional a nível nacional junto da própria classe. Enquanto colaboração não remunerada, o número de elementos e tempo afeto às funções são insuficientes para se garantir o exercício da regulação da profissão. O reforço do número de membros facilitará a agilização dos processos sem que a independência do Órgão seja posta em causa.

Objetivos do Conselho Jurisdicional:

Clarificar objectivos de atuação e maior aproximação às/aos Psicólog@s para uma prática positiva e ética de tod@s

Assumir maior rigor e clarificação das etapas dos processos e tempo estimado da sua resolução de acordo com o número de elementos do CJ

Reforçar o papel pedagógico dos elementos do CJ como veículo de sensibilização e informação sobre os limites de atuação para uma prática e conduta ética dos Psicólog@s

Reduzir as situações de prescrição de processos

Assumir um papel ativo na redução do tempo de resolução dos processos (previsão para o processo de análise inferior a 1 ano e ajustado ao rácio de membros do CJ/número de reclamações)

Implementar uma simplificação e desburocratização dos processos

Medidas:

Sensibilizar e esclarecer o papel do CJ junto dos membros e da população (apoiando e esclarecendo como pode ser apresentada a queixa de uma má prática de um/a Psicólog@), adotando uma ação pedagógica

Sensibilizar para a atuação ética e idónea dos Psicólog@s em todas as práticas e nos protocolos estabelecidos, valorizando-se e interajuda e solidariedade em detrimento da competitividade e fiscalização exacerbada

Partilhar ideias e pontos de ordem de acordo com os eixos de atuação da Ordem dos Pscólog@s

Aproximar os Psicólog@s às Delegações Regionais (a descentralização da Ordem deverá ser visível no CJ, com a aproximação aos/às Psicólog@s)

Clarificar a atuação do CJ a nível nacional e os procedimentos para apresentação de uma reclamação/denúncia/sugestão de melhoria de atuação

Explicitar o prazo estimado para resolução de cada processo, reclamação ou denúncia apresentada em função do número de membros disponíveis do CJ

Clarificar as etapas a serem desenvolvidas para resolução de cada processo de reclamação ou denúncia, desde o momento da sua apresentação, audição do alvo da queixa, até à fase de conclusão e resolução em função das características e/ou tipologia do processo

Simplificar o processo e desburocratizar/ desmaterializar os documentos necessários e fases necessárias para a sua resolução

Avaliar as causas que explicam a conduta inapropriada d@ psicólog@ (incompetência profissional; desconhecimento da lei e desinformação; inadequação da prática segundo valores éticos, etc) para propor medidas preventivas

COLÉGIOS DE ESPECIALIDADE

As especialidades são um meio de promover a qualidade do exercício profissional da Psicologia, incentivando, pela exigência de critérios e procedimentos de acesso à mesma, o desenvolvimento progressivo das práticas nos diversos contextos e enquadramentos profissionais onde esses/as especialistas intervém.
A dinamização da actividade dos Colégios é imprescindível para que as especialidades cumpram a sua finalidade. Salienta-se a importância de agregar os seus membros e de atrair nov@s candidat@s a especialistas. O esvaziamento de alguns colégios exige que a forma e prazos de acesso sejam revistos e alargados mas, também, que os seus membros sintam e reconheçam os benefícios de manter a pertença ao seu Colégio. É igualmente fundamental ouvir os seus membros no sentido de proporcionar ações e formações que contribuam para dinamizar cada Colégio.

COLÉGIO DE ESPECIALIDADE DE PSICOLOGIA CLÍNICA E DA SAÚDE

1. Garantir a participação na elaboração do Plano Nacional de Saúde Mental e uma articulação mais estreita com a ERS e ARS

2. Contribuir para a existência das mesmas condições de exercício (contratualização, remuneração, condições físicas de trabalho) para tod@s @s Psicólog@s no Sistema Nacional de Saúde (SNS)

3. Defender o alargamento do número de vagas disponíveis no concurso para o SNS para 250 (o número atual é de 40 e o concurso decorre há mais de 2 anos) e uma menor desproporção entre o número de psiquiatras e psicólog@s

4. Desenvolver e apresentar junto do Governo os dados mais recentes acerca da importância da intervenção não farmacológica e psicoterapêutica em muitas problemáticas da saúde mental, privilegiando a articulação com a Psicologia na avaliação dos utentes com alterações do foro da saúde mental, evitando a utilização excessiva de psicofármacos em situações passíveis de melhor relação custo-benefício através da intervenção psicológica

5. Promover o autocuidado e a saúde mental da população em geral e a divulgação das respostas disponíveis em cada área geográfica

6. Aumentar a literacia em psicologia e psicoterapia junto d@s cidadãs/os, d@s profissionais de saúde e d@s principais interlocutores/as da comunidade, sejam eles empresas, IPSS, autarquias etc e diminuir o estigma da doença mental

7. Desenvolver ações de sensibilização para os efeitos do isolamento e dos desafios da mudança para o digital

8. Promover a obrigatoriedade legal de existirem Psicólog@s nos Centros de Dia e Lares, bem como nas Instituições Desportivas

9. Fazer um levantamento dos locais no sector público que deveriam ter Psicólog@s e não têm, tendo em conta as recomentações da Organização Mundial de Saúde, de modo a defender a colmatação das necessidades

MUDAR PARA IRMOS MAIS LONGE

COLÉGIO DE ESPECIALIDADE DE PSICOLOGIA DE EDUCAÇÃO

1. Estabelecer parcerias com vista à criação de um Plano Nacional de Prevenção do Insucesso Escolar

2. Reforçar o número de Psicólog@s em exercício no setor público com o objetivo de fazer face às necessidades na Educação

3. Reforçar a formação específica para @s Psicólog@s nas escolas, nomeadamente na área da leitura

4. Pugnar pelo ratio atual recomendado internacionalmente pela ISPA e pela NASP, de um/a psicólog@ por 500 alun@s

5. Apurar o número real de nov@s contratad@s vs. o número de concursos abertos para aumento da oferta

6. Promover a atuação preventiva de acordo com as reais necessidades dos públicos-alvo

7. Integrar as Equipas Multidisciplinares de Apoio à Educação Inclusiva e fornecer contributos e orientações, a nível local, para as pessoas com necessidades específicas quer enquanto alun@s quer após a saída da escola/frequência escolar

8. Promover a aposta no desenvolvimento de carreira/orientação escolar de acordo com as realidades regionais e a articulação com entidades empregadoras

COLÉGIO DE ESPECIALIDADE DE PSICOLOGIA DO TRABALHO, SOCIAL E DAS ORGANIZAÇÕES

1. Revitalizar o Colégio de Psicologia do Trabalho, Social e das Organizações (TSO)

2. Fazer o mapeamento detalhado das funções, necessidades e perfil de competências

3. Repensar o contributo d@s Psicólog@s TSO para o funcionamento das organizações (estratégia social, comunitária, organizacional e de negócio)

4. Dar visibilidade à intervenção d@s Psicólog@s TSO, promovendo campanhas de literacia

5. Publicitar em revistas técnico-científicas da especialidade o trabalho d@s Psicólog@s TSO e do Colégio de Especialidade

6. Auscultar tod@s @s Psicólog@s que exercem funções em TSO no sentido de estreitar e estabelecer relações com o Conselho de Especialidade

7. Adequar os documentos da Ordem no sentido da valorização d@s Psicólog@s TSO no âmbito da sua intervenção

8. Criar grupos de trabalho da OPP coordenados por Psicólog@s TSO

9. Recolher e divulgar as boas práticas de intervenções, inovações e criatividades realizadas por Psicólog@s TSO

10. Apoiar a adoção de práticas de supervisão e intervisão específicas para @s especialistas em TSO

11. Disponibilizar formação dirigida às necessidades identificadas

12. Promover formação específica em avaliação psicológica na área do TSO

13. Dialogar com agentes sociais e políticos de relevância na área TSO

14. Sensibilizar entidades para o acolhimento de estágios na área TSO

15. Divulgar o Colégio de TSO junto d@s estudantes de Psicologia

PSICOLOG@S
PEL@S
PSICÓLOG@S